

As comemorações dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC

Nosso editorial deste trimestre será dedicado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC) que completa neste ano 50 anos de história e compromisso com a educação pública. A história da Revista Perspectiva está imbricada com este Programa e nos orgulhamos disso!

O PPGE/UFSC realizou, de 16 a 20 de setembro deste ano, a III Semana PPGE, que incluiu as comemorações aos 50 anos do Programa. As atividades do PPGE foram iniciadas em 1974 com a oferta de um Curso de Especialização. Na década seguinte, em 1984, foi implementado o Curso de Mestrado e, em 1994, o curso de Doutorado. Hoje é um dos maiores Programas da UFSC, com 55 professores credenciados em seis linhas de pesquisa, a saber: “Educação e Comunicação”, “Sujeitos, Processos Educativos e Docência”; “Sociologia e História da Educação”, “Filosofia da Educação”, “Educação e Infância” e “Trabalho, Educação e Políticas”.

A programação da Semana deu destaque a essa importante história com uma mesa que contou com a participação do professor Gaudêncio Frigotto (UERJ), e das professoras Acácia Kuenzer (UFPR) e Leda Scheibe (UFSC), que atuaram no início do Programa, bem como com homenagens aos(as) professores(as) que foram coordenadores(as) ao longo desses 50 anos de existência. Foi um momento de reviver memórias e compreender a importância do PPGE para o Estado de Santa Catarina, como o primeiro Programa reconhecido pela CAPES, responsável pela formação dos profissionais em Educação da educação básica das redes municipais, estadual e federal e, também, de diversas instituições de ensino superior. Os egressos(as) do PPGE vêm atuando em diferentes instituições de Ensino Superior (IES), na Educação Básica no país e no exterior, em secretarias municipais e estaduais de educação, em cargos de destaque em IES como reitorias, pró-reitorias, coordenações de cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Em outras palavras, o

Programa formou, e continua formando, gerações de profissionais da educação, sendo que várias dessas pessoas hoje atuam inclusive como docentes no próprio Programa, na graduação e na Educação Básica da UFSC.

Cabe destacar que a produção de conhecimentos do PPGE é ampla, decorrente da ação dos(as) docentes e discentes nas dissertações de mestrado e teses de doutorado¹, em relatórios das pesquisas realizadas pelos diversos Grupos de pesquisa credenciados no CNPq, da publicação de artigos científicos, livros e capítulos de livros, da tradução de obras clássicas e contemporâneas, além da participação ativa e crescente na organização de eventos científicos nacionais e internacionais.

Nas discussões realizadas na III Semana PPGE, foi reiterado o seu compromisso com a comunidade acadêmica catarinense e brasileira, principalmente, no sentido de formar pesquisadores(as) engajados(as) na área educacional, preparando-os(as) para enfrentar os múltiplos desafios do presente e do futuro, sendo algumas de suas principais metas, no momento, ampliar e dar maior visibilidade à inserção social, além do intercâmbio com pesquisadores(as) e instituições internacionais.

Nestes 50 anos, a trajetória do PPGE/UFSC expressou a história da Pós-Graduação em Educação do país, como demonstrada por Saviani (2002, p. 140), que identifica a fase de implantação como o período heróico (1969 até 1976), “[...] porque foi necessário criar as condições praticamente a partir do nada”. Saviani (2002) considera o segundo momento como a fase de consolidação e de expansão (a partir de 1976), que se caracterizou pelas estratégias acionadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como o apoio financeiro aos Programas e bolsas aos mestrandos/doutorandos, além da criação das Associações Nacionais por área de conhecimento, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), que realizou sua primeira reunião em 1978. As primeiras décadas tiveram como foco principal a formação dos quadros para as universidades e a consolidação da sistemática de acompanhamento e avaliação dos programas.

Segundo Moraes (2002), uma medida que teve forte impacto na política de avaliação da pós-graduação no país ocorreu no início dos anos de 1990, quando a CAPES retoma a discussão da sistemática de avaliação, adotando novos

¹ Com mais de 1.700 trabalhos disponíveis no Repositório Institucional da UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214164>

instrumentos e critérios para os indicadores de produtividade dos programas, com ênfase no aspecto eminentemente quantitativo. Foi no biênio 1996/1997 que a introdução desse novo paradigma teve o maior impacto na avaliação, mobilizando questionamentos de toda a comunidade acadêmica. Em uma análise crítica desse processo, Moraes (2002, p. 202-203) destaca que ele não pode ser pensado como um fato isolado, mas orientado pelas recomendações do Banco Mundial para o país nesse nível de ensino: “Não é de admirar, assim, que a complexificação, a elevação dos níveis de exigência e a definição de um ‘perfil de excelência’ no sistema de avaliação da CAPES para os programas de pós-graduação no país sejam contemporâneas da desvalorização da universidade pública e daqueles que nela trabalham”. A autora advertia naquele momento para os processos que estavam em curso, sobre os quais permanecem atuais: o da privatização e empresariamento do ensino; o progressivo descompromisso do Estado com o financiamento da universidade e do ensino público em geral, sob o pretexto da crise fiscal. Isto se reflete no cotidiano das instituições, seja na diminuição das bolsas e dos prazos para finalização dos cursos, no recuo do financiamento para a pesquisa, no achatamento dos salários dos profissionais, no incentivo a um clima de individualismo e competitividade entre os programas e intelectuais, entre outros aspectos.

O debate sobre a avaliação mantém-se presente na produção acadêmica das décadas seguintes. São publicados livros e dossiês em periódicos sobre o tema, entre os quais destacamos: o dossiê publicado na revista Perspectiva, intitulado *Pós-graduação em Educação: temas e controvérsias*, organizado pelos professores do PPGE/UFSC Maria Célia Marcondes de Moraes e Lucídio Bianchetti (Moraes; Bianchetti, 2006); e a obra *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*, organizada pelos professores Deise Mancebo, João dos Reis Silva Jr. e João Ferreira de Oliveira (Mancebo; Silva Jr.; Oliveira, 2008), e que reuniu trabalhos apresentados no âmbito do GT 11 - Políticas de Educação Superior da ANPED.

Entre os itens da avaliação amplamente discutidos, coloca-se a imperiosa necessidade de publicar, cujos dilemas enfrentados pelos professores(as) são expressos de forma criativa e irônica no texto *Publicar ou morrer* (Evangelista, 2002). Além de publicar incessantemente, torna-se imperioso saber onde publicar! Livros ou periódicos? Diferentemente da área de ciências exatas, os livros sempre tiveram importância para os pesquisadores da área das ciências humanas e sociais, em particular na Educação. No entanto, a avaliação dos programas nas últimas

décadas induziu fortemente a publicação em periódicos, estabelecendo uma relação diretamente proporcional entre a produção científica dos seus discentes e docentes com a pontuação obtida pelas revistas no Qualis periódicos, uma plataforma que expressa a avaliação recebida por cada um dos periódicos em que os docentes da pós-graduação publicam. Mesmo com mudanças que ocorreram ao longo dos anos, de forma geral a avaliação do Qualis estava centrada na qualidade e no impacto dos periódicos. As últimas notícias da CAPES, publicadas em 31 de outubro de 2024, indicam mudanças na sistemática de avaliação da produção acadêmica, centrando a avaliação nos artigos, como vemos a seguir:

O Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES aprovou uma nova sistemática para uma das dimensões da avaliação quadrienal da pós-graduação *stricto sensu*: a classificação da produção intelectual. O processo avaliativo passará a focar na classificação dos artigos publicados e não mais no periódico onde o texto foi divulgado. A mudança será aplicada no ciclo 2025 a 2028. Desta forma, as revistas científicas não serão mais classificadas pelo Qualis Periódicos, como vem ocorrendo até o ciclo avaliativo que se encerra este ano. A mudança foi aprovada na reunião do CTC-ES de setembro e os documentos orientadores das novas regras serão publicados de forma detalhada em março de 2025. (Capes, 2024)

Segundo a notícia, são possíveis três procedimentos para a classificação dos artigos:

Primeiro - a classificação se dará pelos indicadores bibliométricos dos veículos de publicação, baseada no desempenho da revista, como é feito atualmente pelo Qualis Periódicos, mas a classificação vai recair sobre artigos.

Segundo - os indicadores serão extraídos diretamente do artigo, através, por exemplo, do índice de citações alcançadas para a análise quantitativa e dos critérios de indexação e acesso aberto, dentre outros, para averiguar aspectos qualitativos.

Terceiro - a análise qualitativa de artigos é baseada em fatores e metodologias definidos pela área de avaliação que podem abranger, por exemplo, uma análise de pertinência do tema abordado, avanço conceitual proveniente do trabalho e a contribuição científica do estudo. (Capes, 2024)

Neste momento, só temos muitas perguntas sobre as mudanças anunciadas e pouca clareza sobre como será esse processo. Entre os primeiros impactos que tal medida impõe sobre as revistas, está a exigência de formatação dos artigos em um sistema que permita a avaliação da quantidade de citações pelos indicadores bibliométricos, um processo ainda caro e que exige maior trabalho técnico dos editores, para além dos processos que a avaliação por pares já exige. Resta-nos aguardar, não sem um certo pessimismo e apreensão, considerando que pautar a avaliação pelo índice de citações dos artigos tem sido uma questão polêmica nos debates da área!

Antes de apresentarmos os artigos que compõem essa edição, consideramos importante retomar uma questão indicada no nosso primeiro editorial do ano, como

um dos desafios para 2024: a reforma do novo ensino médio (NEM)². Neste corrente trimestre o Projeto de Lei n. 5.230/2023, que tratava do NEM, tramitou no Congresso com avanços e recuos e foi sancionado no mês de julho pelo Presidente Lula, via a Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024). Vimos uma intensa movimentação no Congresso quanto à matéria em questão, com muitas artimanhas políticas para garantir a não revogação do NEM e a não incorporação de algumas reivindicações de movimentos estudantil e de educadores³. Uma das pequenas conquistas obtidas nesta lei, diante da permanência de vários problemas, é o aumento da carga horária da formação geral básica - Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - que passou de, no máximo, 1.800 horas para, no máximo, 2.400 horas, com outras 600 horas para itinerários formativos - no caso de formação técnica e profissional a carga horária para formação geral será de, no máximo, 2.100 horas (Brasil, 2024). Em síntese, os interesses privados e a rede de influência na definição da política para formação da juventude brasileira se fez valer com a aprovação da Lei em questão, bem como na implementação do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), divulgado em 2021 pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, conforme demonstrado por Silva, Martini e Dias (2024).

Além dos sete artigos do Dossiê *Relações Étnico-Raciais e Ações afirmativas na América Latina e Caribe*, organizado por Joana Célia dos Passos (UFSC), Jeane Vanessa Santos Silva (UFSC) e Carlos Alberto Silva da Silva (IFSC), mais sete artigos de demanda contínua compõem esse número da revista Perspectiva.

O artigo **Acesso de estudantes negras e negros a atividades de monitoria na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**, de Suellen Carvalho Eleotério e Carina Copatti, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), traz discussões sobre a inserção de estudantes negros(as) em atividades de monitoria dos cursos de graduação da UFES. O corpus da pesquisa se baseia em

² Importante lembrar que a “contrarreforma imposta pela MP 746/16, hoje convertida em Lei 13.415/2017 [agora reformada pela Lei acima mencionada], está alinhada à agenda global dos organismos internacionais (tais como a Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO), objetivando calibrar a formação na educação básica às necessidades de força de trabalho no país, com a difusão de competências emocionais e sociais” (Vieira, 2024, p. 32). Para maior informação Cf o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia/UFSC, de Mariah de Moraes L. Vieira, intitulado *Primavera Secundarista: Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na escola pública* (2024).

³ Sobre isso ver notícia da Confederação dos Trabalhadores da Educação (CNTE), publicada em 2 de agosto de 2024, disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/lei-14-945-nova-reforma-do-ensino-medio-e-sancionada-sem-garantir-qualidade-e-eq-ea97>. Acesso em: 20/08/2024.

dados apresentados pelos Projetos Especiais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PAEPE) da Instituição no ano de 2022, com a análise dos dados baseada em Bardin (2011).

Uma equipe de pesquisadoras estudou a formação continuada de professores, com foco nas percepções de mestrandos sobre o conceito de professor-pesquisador e apresentam seus resultados no artigo **Percepções de mestrandos em educação sobre a formação do professor-pesquisador**. Aline Coêlho dos Santos e Mônica Maria Baruffi, ambas da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Lucilene Simone Philippe Oliveira e Rita Buzzi Raush, ambas da Universidade da Região de Joinville (Univille), utilizaram Bardin (2011) para tratar os dados e organizá-los em cinco categorias: *a)* conceito prévio de professor-pesquisador; *b)* ampliação do conceito de professor-pesquisador; *c)* impacto na prática docente; *d)* desafios para tornar-se professor-pesquisador; *e)* interação entre escola e universidade.

Por sua vez, Aline Campolina Andrade e Celso Francisco Tondin, ambos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e Flávia Cristina Silveira Lemos, da Universidade Federal do Pará (UFPA), discutem o apagamento das temáticas de gênero e orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no artigo **Corpo regulado: competências socioemocionais e sexualidades (in)visíveis na Base Nacional Comum Curricular**. A escolha pelo documento da BNCC como corpus do trabalho se deve a uma compreensão deste como representativo de uma política educacional. As pesquisadoras chamam a atenção para o desafio da psicologia educacional em lidar com as investidas neoliberais e ultrarreacionárias sobre a escola, ao mesmo tempo que existem movimentos de resistência que buscam a abertura à pluralidade.

Questões de gênero e sexualidade também estão no centro do artigo **Gênero e sexualidade na formação de professores de educação física da Universidade Estadual de Feira de Santana: o que nos dizem os currículos**, de Aila Valadares e Tatiana Polliana Pinto de Lima, ambas pesquisadoras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tendo como fundamento a análise de conteúdo de Bardin, as autoras analisaram modelos curriculares de 1996 a 2022 implantados no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), do Estado da Bahia, com o recorte das questões de gênero e sexualidade. Os dados apontam para avanços na abordagem do tema, que eram

inexistentes nos documentos do primeiro currículo pesquisado, apesar de se mostrarem ainda insuficientes para abranger um tema tão complexo.

No artigo **Semeando vento...: um universo de discussão sobre formação de professores no Brasil**, de Mauro Cezar Coelho, Andrei Lucas Reis Vasconcelos e Italo Luís Souza de Souza, os três da Universidade Federal do Pará (UFPA), também se baseiam na Análise de Conteúdo de Bardin para investigar a produção acadêmica sobre formação docente a partir de 3.333 artigos disponibilizados no Scielo. Com os resultados é possível compreender o quanto significativa é a produção intelectual da área, destacando-se aquela que trata da formação geral do professor.

Danielly Tintori Nascimento e Margarete Sacht Goés, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apresentam o artigo **Mediação, diálogos e narrativas: entre os equipamentos culturais e as crianças pequenas**, a partir de duas pesquisas realizadas entre 2021 e 2022 com crianças da Educação Infantil. O interesse das pesquisadoras está nas mediações culturais em espaços não formais de aprendizagem. As autoras ressaltam, ao final, a importância da presença das crianças em equipamentos culturais, re-significando seus espaços e obras.

Por fim, o artigo **Percepções docente e discente sobre o uso de filmes e séries em aulas de inglês**, de Andrei Zandoná Bollis e Leonel Piovezana, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e Fernando Rossetto Gallego Campos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), apresenta um estudo com 30 estudantes e 3 professoras de língua inglesa para compreender os efeitos do uso de filmes e séries como recursos didáticos para a prática pedagógica. Ambos os grupos, professores e alunos, percebem como positivo o uso destes recursos, tanto do ponto de vista da aprendizagem linguística como do conhecimento cultural proporcionado.

Esperamos que a leitura deste número provoque reflexões e questionamentos!

Referências

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-07-31;14945>. Acesso em 02/10/24.

CAPES. CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal. Publicado em 31/10/24. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-ado dara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em 22/11/24.

Editoras Científicas

Diana Carvalho de Carvalho

Juliana Cristina Faggion
Bergmann

Patricia Laura Torriglia

Jocemara Triches

MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos R.; OLIVEIRA, João F. de (Org.) Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008.

MORAES, Maria Célia M. de. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana M. N. A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Editora da UFSC/Cortez Editora: Florianópolis/São Paulo, 2002. (p. 187-214)

MORAES, Maria Célia M. de. e BIANCHETTI, Lucídio. Apresentação Pós-graduação em Educação: temas e controvérsias. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 11-17, jan/jun. 2006.

SAVIANI, Demeval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana M. N. A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Editora da UFSC/Cortez Editora: Florianópolis/São Paulo, 2002. (p. 135-163)

SILVA, F. L. G. R.; MARTINI, T. A.; DIAS, A. V. Contexto e redes de influência na produção do texto do currículo base do Ensino Médio do território catarinense. Revista Ponto de Vista, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–18, 2024. DOI: 10.47328/rpv.v13i2.16881. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16881>. Acesso em: 23 nov. 2024.

VIEIRA, Mariah de Moraes L.. **Primavera Secundarista:** Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na escola pública. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, UFSC. Florianópolis: UFSC, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/261071/TCC%20Mariah%20de%20Moraes%20L%20Vieira%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

